

PROPOSTA DE LEI N.º ____/VII/2010

DE ____ DE _____

Assunto: Define o regime jurídico das entidades reguladoras independentes nos sectores económico e financeiro, adiante designadas entidades reguladoras.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Esta Proposta de Lei vem definir o novo regime jurídico das entidades reguladoras nos sectores económico e financeiro, enquanto autoridades administrativas independentes, de base institucional, dotada de funções reguladoras, incluindo a de regulamentação, supervisão e sancionamento das infracções e outras agora definidas, ou clarificadas, como a de resolução de conflitos.

Trata-se de uma lei-quadro que estabelece as grandes linhas do conceito institucional das entidades reguladoras, procede à padronização e racionalização das principais soluções e estabelece a sua base jurídica mínima comum.

No caso específico da economia de Cabo Verde, com uma dinâmica de desenvolvimento assente – desde os primórdios dos anos noventa do século passado – sobretudo em estratégias de desenvolvimento que privilegiam os mecanismos de mercado e a actividade produtiva privada, pretende-se que a regulação económica assuma um papel fundamental, com vista a assegurar o adequado funcionamento dos mecanismos de mercado e a salvaguardar os interesses públicos e sociais para os quais apenas o funcionamento do mercado se revela manifestamente insuficiente.

Foi nesta conformidade que o Programa do Governo para a legislatura 2006-2011, no seu Capítulo I “Novos Paradigmas de Crescimento e Competitividade da Economia”, veio defender o “reforço da capacidade nacional de regulação, seja a nível da consolidação do enquadramento legal desta actividade seja a nível da regulamentação dos vários sectores económicos regulados.”

Não obstante as especificidades sectoriais, visa-se, com este novo regime jurídico, enquadrar as opções de política regulatória numa perspectiva integrada, alicerçada num conceito rigoroso de regulação independente – amiga do mercado, consonante com a liberalização e o fomento da concorrência, protectora da eficiência, do interesse geral.

Do mesmo modo, vem atribuir-se às entidades reguladoras uma maior eficácia, nomeadamente, produtiva, através da minimização dos custos, e de uma convergência das valências técnica e económica, no sentido de uma regulação multisectorial.

Neste contexto, consagra-se a separação clara entre a definição de opções de política regulatória, e a regulação económica e técnica “*stricto sensu*”. Aquela mantém-se na alçada do Governo, enquanto esta é desgovernamentalizada, resulta da aplicação estrita da lei e é imune a orientações específicas do Governo por forma a garantir uma envolvente de estabilidade, segurança, previsibilidade e imparcialidade para os diferentes “*stakeholders*” em presença (investidores, empresários, consumidores, utilizadores, poderes públicos).

Garante-se a independência dos membros dos Conselhos de Administração das entidades através de um mandato suficientemente longo (cinco anos), não coincidente com o período da legislatura e de mandato do executivo, e através (i) do seu recrutamento com base no mérito e qualificação técnico-profissional, em geral exterior à entidade, (ii) de um regime de incompatibilidades mais apertado, (iii) da impossibilidade da sua destituição, excepto em situação de falta grave inequívoca, e (iv) do distanciamento / exterioridade em relação aos interesses envolvidos na actividade regulada.

Em termos de autonomia financeira, pressupõe-se a existência de recursos próprios, pelo menos para financiar as suas actividades, com recurso ao orçamento do Estado apenas em situações excepcionais, e uma autonomia de gestão financeira, de acordo com o plano de actividades e o orçamento aprovados. As receitas próprias devem resultar sobretudo de taxas pelos serviços prestados às reguladas, de contribuições das entidades reguladas e de coimas resultantes das infracções à legislação ou às determinações das reguladoras.

Em termos de legitimidade, e não estando as entidades reguladas condicionadas pela tutela governamental, pelo menos em relação ao exercício da sua missão reguladora, estabelece-se, no entanto, um controle democrático da sua acção, neste caso através da Assembleia Nacional: a nomeação dos membros do Conselho de Administração é precedida de audição na comissão especializada competente; o relatório anual da actividade reguladora é enviado à comissão especializada competente; os Presidentes das entidades reguladoras devem comparecer, sempre que necessário, ou quando requerido, para prestar contas da sua actividade junto da comissão especializada competente; a dissolução do Conselho de Administração é precedida de comunicação à Assembleia Nacional, que pode ouvir o membro do Governo responsável pelo sector regulado.

Estabelece-se e operacionaliza-se o princípio de avaliação sistémica da actividade das agências de regulação.

Por último, prevê-se a possibilidade de as entidades reguladoras criarem uma associação que as represente e que promova a regulação em Cabo Verde, divulgando a sua importância, e contribua para uma opinião pública esclarecida em matéria de regulação e de aprovarem um código de conduta que reforce o sentido ético da sua actuação.

Assim;

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 203º e alínea c) do artigo 206º, ambos da Constituição, o Governo submete à Assembleia Nacional para aprovação, a seguinte Proposta de Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objecto

O presente diploma define o regime jurídico das entidades reguladoras independentes nos sectores económico e financeiro, adiante designadas entidades reguladoras.

Artigo 2º

Natureza Jurídica

1. As entidades reguladoras independentes são autoridades administrativas independentes, de base institucional, dotadas de funções reguladoras, incluindo a de regulamentação, supervisão e sancionamento das infracções.
2. As entidades reguladoras gozam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 3º

Fins

As entidades reguladoras têm por fim principal a actividade administrativa da regulação, não podendo desempenhar funções ou desenvolver actividades que, nos termos da Constituição e da lei, estejam afectas à administração directa ou indirecta do Estado.

Artigo 4º

Criação

1. Sem prejuízo dos demais princípios previstos na lei geral, a criação de entidades reguladoras obedece aos princípios da necessidade, da proporcionalidade e da racionalidade.
2. Salvo razões resultantes de especificidades do sector a regular, observa-se também na criação das entidades reguladoras o princípio da multisectorialidade, concentrando quando possível numa única entidade vários sectores, bem como o princípio da unicidade, que se consubstancia na concentração de todos os aspectos da regulação de uma actividade numa mesma entidade.
3. A criação de uma entidade reguladora é precedida de um estudo sobre a sua necessidade e implicações financeiras, bem como de pareceres dos departamentos governamentais responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, devendo um e outro acompanhar o projecto de diploma de criação.

4. O princípio da racionalidade concretiza-se, designadamente, na definição de serviços partilhados entre entidades e no uso comum de recursos, designadamente instalações e equipamentos.

Artigo 5º

Forma do acto de criação

1. As entidades reguladoras são criadas por Decreto-Lei, que aprova também os respectivos estatutos.
2. As entidades reguladoras podem iniciar o seu funcionamento em regime de instalação, nos termos definidos no respectivo diploma de criação.

Artigo 6º

Estatutos

Os estatutos regulam os aspectos respeitantes à entidade reguladora não definidos em geral na presente Lei ou no diploma de criação, designadamente no que concerne:

- a) Às atribuições específicas;
- b) Aos órgãos, composição, modo de designação dos seus membros, competências e funcionamento;
- c) À actividade patrimonial e financeira;
- d) À sede.

Artigo 7º

Relacionamento orgânico

Os estatutos indicam o membro do Governo responsável pelo sector ou sectores regulados a que a entidade reguladora está adstrita, sem prejuízo dos actos tutelares de outros membros do Governo previstos na lei.

Artigo 8º

Regime

As entidades reguladoras regem-se pelas disposições da presente Lei, pelo Decreto-Lei de criação, pelos seus estatutos e demais legislação aplicável e ainda, em tudo o que não esteja neles especialmente previsto, pelo regime jurídico aplicável aos institutos públicos, ressalvadas as regras incompatíveis com a natureza daquelas.

Artigo 9º

Independência funcional

1. As entidades reguladoras são independentes no desempenho das suas funções reguladoras, não estando sujeitas a superintendência nem a tutela, no que respeita ao exercício dessas funções.
2. O disposto no número anterior não prejudica os poderes da Assembleia Nacional de fiscalização e do Governo em matéria de estabelecimento das linhas de orientação gerais, bem como a existência de actos sujeitos a tutela ministerial pela lei e pelos respectivos estatutos.

Artigo 10º

Equiparação ao Estado

As entidades reguladoras podem assumir no exercício das suas atribuições, e nos termos estabelecidos nos respectivos estatutos, os direitos e obrigações atribuídos ao Estado nas disposições legais e regulamentares aplicáveis, designadamente quanto:

- a) À cobrança coerciva de taxas e contribuições, rendimentos dos serviços e outros créditos;
- b) À protecção das suas instalações e do seu pessoal;
- c) À utilidade pública dos serviços regulados, sua fiscalização, definição de infracções respectivas e aplicação das competentes penalidades;
- d) À fiscalização do cumprimento das obrigações de serviço público no sector regulado e às intimações, aplicação de sanções e demais actos daquela resultantes.

Artigo 11º

Princípio da especialidade

1. Os órgãos das entidades reguladoras dispõem das competências necessárias à prossecução das suas atribuições.
2. As entidades reguladoras não podem exercer actividades ou usar os seus poderes fora das suas atribuições, nem destinar os seus recursos a finalidades diversas das que lhe estão cometidas.

Artigo 12º
Organização territorial

1. As entidades reguladoras têm âmbito nacional.
2. As entidades reguladoras podem dispor de serviços territorialmente desconcentrados, nos termos previstos ou autorizados nos respectivos estatutos.

Artigo 13º
Cooperação com outras entidades

As entidades reguladoras podem estabelecer relações de cooperação ou associação, no âmbito das suas atribuições, com outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, quando isso se mostre necessário ou conveniente para a prossecução das respectivas atribuições e não consubstancie uma situação de conflito de interesses.

Artigo 14º
Coadjuvação de outras entidades

As entidades reguladoras beneficiam da cooperação das autoridades e serviços competentes do Estado em tudo o que for necessário ao desempenho das suas funções.

Artigo 15º
Articulação especial

As entidades reguladoras sectoriais articulam-se de modo especial com:

- a) A entidade de defesa da concorrência, com vista à aplicação das leis da concorrência no respectivo sector e em geral;
- b) A entidade fiscalizadora externa do Estado com vista a garantir a racionalidade e a complementaridade das acções de fiscalização e a conferir natureza sistémica à actividade de inspecção.

Artigo 16º
Formação

O Estado organiza programas de formação e capacitação de recursos humanos na área da regulação, com base na definição de um perfil de regulador altamente qualificado.

CAPÍTULO II ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Secção I Atribuições

Artigo 17º Atribuições comuns

São atribuições comuns das entidades reguladoras:

- a) Regular o acesso à actividade regulada, nos casos e nos termos previstos na lei;
- b) Garantir a existência de condições que permitam satisfazer, de forma eficiente, a procura da prestação de serviços que envolvam o respectivo sector;
- c) Velar pelo equilíbrio económico-financeiro dos prestadores dos serviços regulados;
- d) Garantir aos titulares de concessões, de licenças ou de contratos que titulem a operação ou exploração, a existência de condições que lhes permitam o cumprimento das obrigações decorrentes de tais concessões, licenças ou contratos;
- e) Garantir, nas actividades que prestam serviços de interesse geral, as competentes obrigações de serviço público ou obrigações de serviço universal;
- f) Proteger os direitos e interesses dos consumidores ou utilizadores, designadamente em matéria de preços, tarifas e qualidade dos serviços ou do produto;
- g) Assegurar a objectividade da regulação e a transparência das relações comerciais entre os operadores do respectivo sector e entre estes e os consumidores ou utilizadores;
- h) Velar pela aplicação e fiscalização do cumprimento das leis, regulamentos e requisitos técnicos aplicáveis no âmbito das suas atribuições específicas, bem como o cumprimento por parte dos operadores das disposições dos respectivos títulos de exercício de actividade ou contratos;
- i) Contribuir para a progressiva melhoria das condições técnicas, económicas e ambientais no sector regulado, estimulando, nomeadamente, a adopção de práticas que promovam a utilização eficiente

dos bens e a existência de padrões adequados de qualidade do serviço ou do produto e de defesa do meio ambiente;

- j) Promover a informação e o esclarecimento dos consumidores ou utilizadores, em coordenação com as entidades competentes;
- k) Propor medidas de natureza política ou legislativa nas matérias atinentes às suas atribuições.

Secção II **Competências de regulação**

Artigo 18º **Competência quanto à definição de entidade regulada**

1. A definição das entidades sujeitas a regulação em cada sector compete ao Governo, através de decreto-regulamentar, mediante proposta apresentada pela entidade reguladora.
2. As entidades reguladas podem apresentar à entidade reguladora propostas de revisão do regulamento referido no número anterior, as quais podem ser encaminhadas para o Governo pela entidade reguladora nos termos do número anterior.

Artigo 19º **Competência quanto às concessões de serviço público**

Compete às entidades reguladoras, previamente à decisão do Governo, emitir parecer, nomeadamente sobre:

- a) A atribuição de concessões e as minutas dos programas de concurso, dos cadernos de encargos e dos respectivos contratos de concessão;
- b) A autorização de cessão, alienação ou oneração das concessões;
- c) A rescisão ou modificação dos contratos de concessão, bem como o eventual sequestro ou resgate da concessão.

Artigo 20º **Competência quanto a preços e tarifas**

Compete às entidades reguladoras, quanto a preços e tarifas:

- a) Se aplicável, definir ou homologar tarifas e preços, ou os respectivos limites, observando as leis e regulamentos aplicáveis;
- b) Velar pelo cumprimento das normas tarifárias estabelecidas nos contratos de concessão e nas licenças ou contratos;
- c) Definir as regras de contabilidade analítica adequadas à situação contabilística das actividades reguladas;
- d) Proceder à aprovação e revisão do regulamento tarifário, quando couber.

Artigo 21º

Competências sobre o relacionamento comercial das entidades reguladas

1. O relacionamento comercial das entidades reguladas entre si e com os consumidores ou utilizadores processa-se nos termos da legislação aplicável ao sector, bem como das bases das concessões e respectivos contratos e das licenças de que sejam titulares, quando existirem.
2. No quadro legal previsto no número anterior, compete à entidade reguladora proceder à aprovação do regulamento dessas relações comerciais, assim como às suas revisões.
3. As entidades reguladas podem apresentar à entidade reguladora propostas de revisão do regulamento referido no número anterior.

Artigo 22º

Competência em matéria de qualidade do serviço ou do produto

1. As entidades reguladoras procedem, quando necessário, à definição de regras técnicas da qualidade do serviço ou do produto, assim como às devidas revisões destas no quadro da legislação aplicável.
2. Os regulamentos relativos à qualidade do serviço ou do produto podem conter, designadamente, regras sobre as seguintes questões:
 - a) Características técnicas dos serviços ou do produto a fornecer aos consumidores ou utilizadores;
 - b) Condições adequadas a uma exploração eficiente e qualificada de serviços ou do produto;

- c) Atendimento dos consumidores ou utilizadores;
 - d) Interrupções do serviço;
 - e) Padrões mínimos de qualidade;
 - f) Informações a prestar aos consumidores ou utilizadores;
 - g) Compensações e penalizações por incumprimento dos padrões de qualidade estabelecidos no regulamento;
 - h) Auditorias e relatórios de qualidade;
 - i) Contratos-tipo de fornecimento das entidades reguladas;
 - j) Modelos de facturas a fornecer aos consumidores ou utilizadores domésticos pelas entidades reguladas, tendo em conta a sua conformidade jurídico-fiscal.
3. Compete também às entidades reguladoras aprovar os regulamentos de exploração e fornecimento elaborados pelas entidades reguladas, nomeadamente quanto a padrões de qualidade e segurança.

Artigo 23º

Competência tributária

As entidades reguladoras procedem, quando aplicável, à fixação e arrecadação de receitas provenientes da cobrança de taxas e contribuições enquanto contrapartida para actos de regulação, previstos nos seus estatutos, assim como às devidas revisões destas no quadro da legislação aplicável.

Artigo 24º

Competência sancionatória

Compete às entidades reguladoras em matéria sancionatória:

- a) Processar e punir as infracções administrativas às leis e regulamentos cuja implementação ou supervisão lhe compete, bem como as resultantes do incumprimento das suas próprias determinações;

- b) Propor ao Governo a aplicação das sanções previstas nos contratos de concessão ou nas licenças, bem como a punição das infracções às leis e regulamentos cuja implementação ou supervisão não lhes caibam;
- c) Participar aos organismos competentes as infracções às normas de defesa da concorrência de que tomem conhecimento no desempenho das suas funções;
- d) Participar às autoridades competentes outras infracções de que tomem conhecimento no desempenho das suas funções.

Artigo 25º

Competência consultiva

1. As entidades reguladoras pronunciam-se sobre todos os assuntos da sua esfera específica de atribuições que lhes sejam submetidos pela Assembleia Nacional ou pelo Governo.
2. As entidades reguladoras podem pronunciar-se sobre questões atinentes à regulação submetidas pelas entidades reguladas ou pelos consumidores ou utilizadores.

Artigo 26º

Competência de resolução de conflitos

1. As entidades reguladoras podem ser incumbidas pela lei de mediar ou promover a conciliação entre entidades reguladas e entre estas e consumidores ou utilizadores, sempre a pedido destes.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as entidades reguladoras devem fomentar a arbitragem voluntária para a resolução de conflitos entre as entidades reguladas e entre estas e os consumidores ou utilizadores.

Secção III

Procedimentos de regulação e seus princípios

Artigo 27º

Tipos de procedimentos

No âmbito das suas competências de regulação, as entidades reguladoras podem adoptar, nos termos da lei, os seguintes procedimentos:

- a) Elaboração e aprovação de regulamentos nos casos previstos na lei e quando se mostrem indispensáveis ao exercício das suas atribuições específicas;

- b) Instauração e instrução de processos sancionatórios e punição ou proposta de punição das infracções apuradas;
- c) Acompanhamento da actividade das entidades sujeitas à sua supervisão e do funcionamento dos respectivos mercados;
- d) Fiscalização do cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis ao respectivo sector, designadamente promovendo a realização de sindicâncias, inquéritos ou auditorias;
- e) Aprovação de actos previstos na lei;
- f) Realização dos registos previstos na lei;
- g) Mediação ou conciliação de conflitos entre entidades reguladas e entre estas e consumidores ou utilizadores.

Artigo 28º

Princípios do procedimento regulamentar

1. Os regulamentos das entidades reguladoras devem observar os princípios da legalidade, da necessidade, da clareza, da participação e da publicidade.
2. Previamente à aprovação ou alteração de qualquer regulamento cuja emissão seja da sua competência, as entidades reguladoras devem dar conhecimento às entidades reguladas, bem com às associações de consumidores de interesse genérico ou específico na respectiva área e às demais entidades interessadas, facultando-lhes o acesso aos textos respectivos e, quando exista, disponibilizando-os no seu *site*.
3. Para efeitos do número anterior, podem os interessados emitir os seus comentários e apresentar sugestões em prazo a fixar pelas entidades reguladoras.
4. As entidades previstas no n.º 2 podem ter acesso a todas as sugestões que tenham sido apresentadas nos termos do presente artigo.
5. O relatório preambular dos regulamentos deve fundamentar as decisões tomadas, com necessária referência às críticas ou sugestões que tenham sido feitas ao projecto.
6. Os regulamentos das entidades reguladoras que contenham normas de eficácia externa são publicados na II série do Boletim Oficial e, quando exista, disponibilizados no respectivo *site*, sem prejuízo da sua publicitação por outros meios considerados mais adequados à situação.

7. Os regulamentos das entidades reguladoras que apenas visem regular procedimentos de carácter interno de uma ou mais categorias de operadores ou prestadores de serviços, denominam-se instruções e são notificados aos respectivos destinatários, quando identificáveis, devendo entrar em vigor 5 (cinco) dias após a notificação ou na data nelas referida.

Artigo 29º

Princípios do procedimento sancionatório

Os procedimentos sancionatórios respeitam o princípio da audiência dos interessados, do contraditório e demais princípios constantes das normas sobre procedimento administrativo e, quando for caso disto, do regime das contra-ordenações.

Artigo 30º

Sindicâncias, inquéritos ou auditorias

1. As entidades reguladoras podem determinar, por sua iniciativa ou mediante queixa dos interessados, a realização de sindicâncias, inquéritos ou auditorias às entidades reguladas, desde que se enquadrem no âmbito das suas competências.
2. Para os efeitos do número anterior, as entidades reguladoras podem credenciar pessoas ou entidades especialmente qualificadas e habilitadas.

Artigo 31º

Obrigações das entidades reguladas

1. As entidades reguladas devem prestar às entidades reguladoras toda a cooperação que estas lhes solicitem para o cabal desempenho das suas funções, designadamente informações e documentos, os quais devem ser fornecidos no prazo que lhes for fixado.
2. As entidades reguladoras podem proceder à divulgação das informações obtidas, sempre que isso seja relevante para a regulação do sector, salvo tratando-se de matéria sensível, designadamente segredo comercial.
3. As entidades reguladoras podem divulgar a identidade das entidades reguladas sujeitas a processos de investigação, bem como a matéria a investigar, nomeadamente quando desencadeados por efeito de queixa ou reclamação.

Artigo 32º

Prerrogativas dos agentes de fiscalização

1. Os trabalhadores das entidades reguladoras, os mandatários destas, bem como as pessoas ou entidades qualificadas devidamente credenciadas que desempenhem funções de fiscalização, são equiparados a agentes de autoridade e gozam, nomeadamente, das seguintes prerrogativas:

- a) Aceder às instalações, equipamentos e serviços das entidades sujeitas a supervisão das entidades reguladoras;
- b) Requisitar documentos para análise, bem como equipamentos e materiais para a realização de testes;
- c) Identificar, para posterior actuação, todos os indivíduos que infrinjam a legislação e regulamentação cuja observância devem respeitar;
- d) Solicitar a colaboração das autoridades competentes quando a julguem necessária ao desempenho das suas funções.

2. Às pessoas e entidades referidas no número anterior são atribuídos cartões de identificação, cujo modelo e condições de emissão são estabelecidos por portaria do membro do Governo responsável pelo sector ou sectores regulados.

Artigo 33º

Queixas e reclamações dos consumidores e utilizadores

1. As entidades reguladoras podem receber directamente queixas e reclamações dos consumidores e demais utilizadores, bem como inspeccionar regularmente os registos das queixas e reclamações daqueles apresentadas às entidades reguladas, as quais devem preservar adequados registos das mesmas.

2. As entidades reguladoras podem ordenar a investigação das queixas ou reclamações dos consumidores e utilizadores apresentadas às entidades reguladas ou directamente à entidade reguladora, desde que se integrem no âmbito das suas competências.

Artigo 34º

Medidas correctivas

1. Em caso de incumprimento das obrigações inerentes à prestação do serviço, das obrigações legais e contratuais em geral ou dos padrões de qualidade definidos nos regulamentos, as entidades reguladoras podem recomendar ou determinar às entidades reguladas a adopção das competentes medidas correctivas.

2. Se as acções definidas no número anterior não forem executadas, ou não houver cumprimento do calendário estabelecido para a sua execução, as entidades reguladoras podem, conforme os casos, accionar ou propor ao Governo, o accionamento das medidas sancionatórias previstas para a violação da lei ou incumprimento do contrato de concessão ou das condições da licença.

Artigo 35º

Reparação de prejuízos

As entidades reguladoras podem, igualmente, recomendar ou determinar às entidades reguladas as providências necessárias à justa reparação dos prejuízos causados aos consumidores ou utilizadores.

Artigo 36º

Consulta ao Governo

Sem prejuízo da sua independência decisória, as entidades reguladoras podem consultar previamente o membro do Governo a que se refere o artigo 7.º, quando:

- a) Se suscitem dúvidas quanto às questões a decidir no que diz respeito ao cabimento ou não no seu mandato legal ou se afectam ou não as linhas de orientações gerais a que devem respeito, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º;
- b) As questões a decidir digam respeito a tarifas ou preços, que lhes caiba fixar ou homologar;
- c) Se trate de aprovação ou alteração de regulamentos.

CAPÍTULO III ORGANIZAÇÃO

Secção I Órgãos

Artigo 37º

Órgãos obrigatórios

São órgãos obrigatórios das entidades reguladoras:

- a) O Conselho de Administração;
- b) O Conselho Fiscal;
- c) O Conselho Consultivo.

Secção II **Conselho de Administração**

Artigo 38º

Definição

O Conselho de Administração é o órgão colegial executivo responsável pela administração da entidade reguladora.

Artigo 39º

Composição

O Conselho de Administração é constituído por um número ímpar de membros, compreendendo 1 (um) Presidente e 2 (dois) ou 4 (quatro) administradores.

Artigo 40º

Nomeação

1. A nomeação dos membros do Conselho de Administração é feita por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo referido no artigo 7º.
2. Os membros do Conselho de Administração são nomeados de entre pessoas com reconhecida idoneidade, independência, competência técnica e experiência profissional.
3. A nomeação é precedida de audição dos indigitados na comissão especializada competente da Assembleia Nacional, devendo o membro do Governo referido no n.º 1 remeter os *currícula* e uma justificação da respectiva escolha.
4. Não pode haver nomeação de membros do Conselho de Administração depois da demissão do Governo ou da marcação de eleições para a Assembleia Nacional ou antes da aprovação da moção de confiança apresentado pelo Governo recém-nomeado.

Artigo 41º
Competência

1. Compete ao Conselho de Administração, no âmbito da orientação e gestão da entidade reguladora, designadamente:

- a) Representar a entidade e dirigir a respectiva actividade;
- b) Elaborar os planos anuais e plurianuais de actividades e assegurar a respectiva execução;
- c) Elaborar o relatório de actividades;
- d) Exercer os poderes de direcção, gestão e disciplina do pessoal;
- e) Aprovar os regulamentos previstos nos estatutos e os que sejam necessários ao desempenho das atribuições da entidade reguladora;
- f) Aprovar o estatuto dos membros do Conselho Consultivo;
- g) Nomear os representantes da entidade junto de organismos exteriores;
- h) Elaborar os pareceres, estudos e informações que lhes sejam solicitados pela Assembleia Nacional ou pelo Governo;

2. Compete ao Conselho de Administração, no domínio da gestão financeira e patrimonial:

- a) Elaborar e submeter ao membro do Governo responsável pela área das Finanças o orçamento anual e assegurar a respectiva execução;
- b) Gerir as receitas, arrecadar as receitas próprias e autorizar as despesas;
- c) Elaborar as contas de gerência;
- d) Gerir o património;
- e) Aceitar heranças, doações ou legados;
- f) Exercer os demais poderes previstos nos estatutos e que não estejam atribuídos a outros órgãos.

Artigo 42º
Funcionamento

1. O Conselho de Administração reúne-se ordinariamente com periodicidade que os estatutos fixarem e extraordinariamente sempre que o Presidente o convoque, por sua iniciativa ou a solicitação de, pelo menos, 2 (dois) dos administradores.
2. Nas votações não há abstenções.
3. As actas das reuniões devem ser aprovadas e assinadas por todos os membros presentes.
4. Mediante proposta do Presidente ou a pedido do membro do Governo a que se refere o artigo 7º, este pode ser convidado para participar em reuniões, a fim de transmitir informações ou pontos de vista de interesse para a entidade reguladora, não podendo porém estar presente nas deliberações.

Artigo 43º
Delegação de poderes

1. O Conselho de Administração pode delegar, por deliberação consagrada em acta, poderes em 1 (um) ou mais dos seus membros e autorizar a que se proceda à subdelegação desses poderes, estabelecendo em cada caso os respectivos limites e condições.
2. Sendo dirigentes dos respectivos departamentos, os Vogais do Conselho de Administração possuem competências para dirigir e fiscalizar os serviços respectivos e para praticar os actos de gestão corrente dos referidos departamentos.

Artigo 44º
Competência do Presidente

1. Compete, em especial, ao Presidente do Conselho de Administração:
 - a) Presidir às reuniões, orientar os seus trabalhos e assegurar o cumprimento das respectivas deliberações;
 - b) Representar a entidade reguladora em juízo e fora dele;
 - c) Assegurar as relações com a Assembleia Nacional, o Governo e os demais organismos públicos;
 - d) Solicitar pareceres ao Conselho Fiscal e ao Conselho Consultivo;

- e) Exercer as competências que lhe sejam delegadas pelo Conselho de Administração.
2. O Presidente pode delegar, ou subdelegar, competências nos demais administradores.

Artigo 45º

Incompatibilidades e impedimentos

1. Não pode ser nomeado para o Conselho de Administração quem for ou tenha sido membro do Governo ou membro dos corpos gerentes das entidades reguladas nos últimos 2 (dois) anos, ou for ou tenha sido trabalhador ou colaborador permanente destas com funções de direcção ou chefia no mesmo período do tempo.
2. Os membros do Conselho de Administração não podem ter interesse de natureza financeira ou participações nas entidades reguladas, ficando ainda sujeitos ao regime de incompatibilidades específico previsto nos respectivos estatutos.
3. Os membros do Conselho de Administração não podem, durante o seu mandato, exercer qualquer outra função pública ou actividade profissional, excepto funções docentes no ensino superior em tempo parcial.
4. Após o termo das suas funções, os membros dos órgãos próprios de direcção e gestão das entidades reguladoras ficam impedidos, pelo período de 2 (dois) anos, de desempenhar qualquer função ou prestar serviço às entidades reguladas.
5. Por um período de 6 (seis) meses a contar da data da cessação de funções, a entidade reguladora continua a abonar aos ex-membros dos seus órgãos próprios de direcção e gestão 2/3 (dois terços) da remuneração correspondente ao cargo, cessando esse abono a partir do momento em que estes sejam contratados ou nomeados para o desempenho remunerado de qualquer função ou serviço público ou privado.
6. O disposto no número antecedente não se aplica aos administradores cujos mandatos tenham cessado ao abrigo do disposto nas alíneas b) a d) do n.º 2 do artigo 48º.

Artigo 46º

Declaração de rendimentos

Os membros do Conselho de Administração das entidades reguladoras estão sujeitos à obrigação de declaração de rendimentos, interesses e património prevista na Lei n.º 139/IV/95, de 31 de Outubro, e respectiva legislação regulamentar.

Artigo 47º

Mandato

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, o mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de 5 (cinco) anos, sendo renovável por uma vez.
2. Na primeira nomeação do Conselho de Administração, ou após a sua dissolução, o Presidente é nomeado por 5 (cinco) anos e os demais administradores por 3 (três) anos, renováveis, em ambos os casos, por uma só vez, por mais 5 (cinco) anos.
3. Em caso de vacatura, o novo membro é nomeado pelo período de 5 (cinco) anos.

Artigo 48º

Independência dos membros e cessação de funções

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 9º, os membros do Conselho de Administração da entidade reguladora são independentes no exercício das suas funções, não estando sujeitos a instruções ou orientações específicas.
2. Os membros do Conselho de Administração da entidade reguladora não podem ser exonerados do cargo antes do término dos seus mandatos, salvo nos casos de:
 - a) Incapacidade permanente ou incompatibilidade superveniente;
 - b) Renúncia;
 - c) Falta grave, comprovadamente cometida pelo titular no desempenho das suas funções ou no cumprimento de qualquer obrigação inerente ao cargo, declarada por resolução do Conselho de Ministros devidamente fundamentada, após audição do Conselho Consultivo da entidade;
 - d) Condenação pela prática de qualquer crime doloso.
3. O mandato dos membros do Conselho de Administração extingue-se caso esse órgão seja dissolvido ou a entidade reguladora seja extinta, fundida ou cindida.
4. No caso de termo do mandato, os membros do Conselho de Administração mantêm-se no exercício das suas funções até à efectiva substituição.

Artigo 49º
Vinculação

1. As entidades reguladoras obrigam-se pela assinatura:
 - a) Do Presidente do Conselho de Administração ou, no caso de ausência ou impedimento deste, do seu substituto;
 - b) Do membro do Conselho de Administração que, para tanto, tenha recebido, em acta, delegação para a prática de acto ou actos determinados.
2. Os actos de mero expediente podem ser assinados por qualquer membro do Conselho de Administração ou por funcionários das entidades reguladoras a quem tal poder tenha sido expressamente conferido por deliberação do Conselho de Administração.
3. As entidades reguladoras obrigam-se ainda pela assinatura de mandatários, no âmbito restrito dos poderes que lhes hajam sido conferidos.

Artigo 50º
Responsabilidade dos membros

1. Os membros do Conselho de Administração são solidariamente responsáveis pelos actos praticados no exercício das suas funções.
2. São isentos de responsabilidade os membros do Conselho de Administração que, tendo estado presentes na reunião em que foi tomada a deliberação, tiverem manifestado o seu desacordo, que igualmente é registado na acta.
3. Ficam igualmente isentos de responsabilidade os membros que, tendo estado ausentes da reunião, manifestem por escrito o seu desacordo no prazo de 3 (três) dias após o conhecimento da deliberação.

Artigo 51º
Dissolução

O Conselho de Administração de entidade reguladora só pode ser dissolvido por resolução do Conselho de Ministros, após parecer do Conselho Consultivo da entidade reguladora e comunicação à Assembleia Nacional, a qual pode proceder à audição do membro do Governo a que se refere o artigo 7.º e dos membros do Conselho de Administração, nos seguintes casos:

- a) Por causas graves de responsabilidade colectiva apurada em inquérito feito por entidade independente;

- b) Considerável excesso das despesas realizadas sobre as orçamentadas, sem justificação adequada, declarado pelo Conselho Fiscal.

Secção III

Conselho fiscal

Artigo 52º

Definição

O Conselho Fiscal é o órgão responsável pelo controlo da legalidade e economicidade da gestão financeira e patrimonial da entidade reguladora e de consulta do Conselho de Administração nesse domínio.

Artigo 53º

Composição e mandato

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente e dois Vogais, nomeados por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área das Finanças e do membro do Governo do artigo 7º, de entre pessoas idóneas e de reconhecida competência.
2. Um dos Vogais do Conselho Fiscal é nomeado de entre auditores oficiais de contas.
3. O mandato dos membros do Conselho Fiscal tem a duração de 3 (três) anos, sendo renovável por igual período.
4. No caso de termo do mandato, os membros do Conselho Fiscal mantêm-se no exercício das suas funções até à efectiva substituição ou à declaração de cessação de funções pelos membros do governo referidos no n.º 1.

Artigo 54º

Competência

Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Acompanhar e controlar com regularidade o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, a execução orçamental, a situação económica, financeira e patrimonial e analisar a contabilidade;
- b) Realizar um apuramento trimestral da situação patrimonial e financeira;
- c) Dar parecer sobre o orçamento e sobre as suas revisões e alterações;

- d) Dar parecer sobre o relatório e contas da gerência;
- e) Dar parecer sobre a aquisição, arrendamento, alienação e oneração de bens imóveis;
- f) Dar parecer sobre a aceitação de heranças, doações ou legados;
- g) Dar parecer sobre a contracção de empréstimos, quando a entidade reguladora esteja habilitado a fazê-lo;
- h) Manter o Conselho de Administração informado sobre os resultados das verificações e exames a que proceda;
- i) Elaborar relatórios da sua acção fiscalizadora, incluindo um relatório anual global;
- j) Propor a realização de auditorias externas, quando isso se revelar necessário ou conveniente;
- k) Verificar e declarar o excesso das despesas realizadas sobre as orçamentadas;
- l) Pronunciar-se sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pelo Conselho de Administração.

Artigo 55º

Poderes

Para o exercício da sua competência, o Conselho Fiscal tem direito a:

- a) Obter do Conselho de Administração as informações e esclarecimentos que repute necessários;
- b) Livre acesso a todos os serviços e à documentação da entidade reguladora, podendo requisitar a presença dos respectivos responsáveis e solicitar os esclarecimentos que considere necessários;
- c) Tomar ou propor as demais providências que considere indispensáveis.

Artigo 56º

Funcionamento

1. O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente com a periodicidade que os estatutos fixarem e extraordinariamente sempre que for convocado por iniciativa própria ou a solicitação de qualquer vogal e, ainda a pedido do Conselho de Administração.

2. Nas votações não há abstenções.
3. As actas das reuniões devem ser aprovadas e assinadas por todos os membros presentes.

Artigo 57º
Fiscal Único

1. Nos casos em que não se justifique um órgão colegial, o Conselho Fiscal pode ser substituído por um Fiscal Único.
2. São aplicáveis ao Fiscal Único as normas respeitantes ao Conselho Fiscal, com as devidas adaptações.
3. O Fiscal Único é obrigatoriamente uma sociedade de auditoria ou um auditor certificado.

Secção IV
Conselho Consultivo

Artigo 58º
Função

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta e participação na definição das linhas gerais de actuação da entidade reguladora e nas tomadas de decisão do Conselho de Administração, contribuindo para o exercício eficiente, eficaz e equilibrado da actividade reguladora.

Artigo 59º
Composição

1. O Conselho Consultivo é composto por:
 - a) Representantes das entidades reguladas ou das organizações representativas das mesmas;
 - b) Representantes dos consumidores ou utilizadores interessados;
 - c) Representantes de outros organismos públicos;
 - d) Eventualmente, técnicos e especialistas independentes.

2. O Presidente do Conselho Consultivo é eleito pelos membros do Conselho Consultivo.
3. Os restantes membros do Conselho Consultivo são designados pelas entidades referidas nas alíneas a) a c), à excepção dos referidos na alínea d), que são designados pelo Conselho de Administração.
4. Nos casos de entidades reguladoras de actividades económicas diferenciadas, o Conselho Consultivo pode ser organizado em secções.
5. O Conselho Consultivo considera-se constituído quando tiverem sido designadas, pelo menos, 2/3 (dois terços) das pessoas previstas no n.º 1.
6. A nomeação dos membros do Conselho Consultivo é feita para mandatos sem duração fixa, podendo ser substituídos a todo o tempo, pela entidade representada.

Artigo 60º

Competência

1. Compete ao Conselho Consultivo dar parecer, nos casos previstos nos estatutos ou a pedido do Conselho de Administração, sobre todas as questões respeitantes às funções reguladoras, nomeadamente sobre os regulamentos, sobre as decisões relativas a preços e tarifárias e sobre as contribuições financeiras das entidades reguladas às entidades reguladoras.
2. Compete ainda ao Conselho Consultivo pronunciar-se sobre os seguintes instrumentos de gestão:
 - a) Os planos anuais de actividades e o relatório de actividades;
 - b) O relatório e contas de gerência e o relatório anual do órgão de fiscalização;
 - c) O orçamento;
 - d) Os regulamentos internos da entidade reguladora.
3. Compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se sobre a dissolução do Conselho de Administração, nos termos da presente Lei.
4. O Conselho Consultivo pode apresentar ao Conselho de Administração sugestões ou propostas destinadas a fomentar ou aperfeiçoar as actividades da entidade reguladora respectiva.

Artigo 61º

Funcionamento

1. O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente com a periodicidade que os estatutos fixarem e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu Presidente, por sua iniciativa, ou por solicitação do Conselho de Administração, ou a pedido de 1/3 (um terço) dos seus membros.
2. Podem participar nas reuniões, sem direito a voto, por convocação do respectivo Presidente, mediante proposta do Conselho de Administração, quaisquer pessoas ou entidades cuja presença seja considerada necessária para esclarecimento dos assuntos em apreciação.
3. O orçamento da entidade reguladora prevê as verbas necessárias ao funcionamento eficaz do Conselho Consultivo.

CAPÍTULO IV

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Artigo 62º

Regras gerais

1. A actividade patrimonial e financeira das entidades reguladoras rege-se pelo disposto na presente lei e nos respectivos estatutos.
2. As entidades reguladoras devem adoptar procedimentos contratuais regidos pelos requisitos de publicidade, da concorrência e da não discriminação, bem como da qualidade e economicidade.
3. O orçamento e a contabilidade das entidades reguladoras são elaborados de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro (SNCRF), com as necessárias adaptações, a aprovar pelo Membro do Governo responsável pelas Finanças, e integram o Orçamento Geral do Estado e as contas públicas, respectivamente.

Artigo 63º

Património

1. As entidades reguladoras dispõem de património próprio, constituído pela universalidade dos seus bens, direitos, garantias ou obrigações de conteúdo económico.
2. As entidades reguladoras podem ter sob a sua administração bens do património do Estado que sejam afectados ao exercício das suas funções, por lei ou por despacho conjunto do membro do Governo responsável pela área das finanças e do membro do Governo a que se refere o artigo 7º.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, carecem de aprovação do membro do Governo para a coordenação sectorial com a entidade reguladora a aquisição de bens imóveis.

4. Os bens das entidades reguladoras que se revelem desnecessários ou inadequados ao cumprimento das suas atribuições são incorporados no património do Estado, salvo quando devam ser alienados, sendo essa incorporação determinada por despacho conjunto dos membros do Governo referidos no n.º 2.

5. Em caso de extinção, o património das entidades reguladoras reverte para o Estado, salvo quando se tratar de fusão ou incorporação, caso em que o património pode reverter para o novo organismo.

Artigo 64º

Receitas

Constituem, designadamente, receitas das entidades reguladoras:

- a) As taxas devidas pela prestação dos seus serviços;
- b) O produto da colocação no mercado de bens ou equipamentos relacionados com a actividade de regulação;
- c) As contribuições das entidades reguladas que sejam necessárias para financiar o orçamento das entidades reguladoras;
- d) O produto das coimas por elas aplicadas no exercício da sua competência sancionatória, até ao limite de 40% (quarenta por cento) do respectivo montante, revertendo o remanescente para o Estado, o qual deve ser transferido, através do Tesouro, com a periodicidade que for estabelecida por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças;
- e) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles;
- f) 25% dos saldos apurados em cada exercício, devendo o remanescente ser revetido para um Fundo destinado à melhoria do sistema global de regulação e de competitividade da economia, a ser criado por diploma próprio.
- h) As heranças, doações ou legados que lhes sejam atribuídos;
- i) Quaisquer outros rendimentos ou receitas que por lei, designadamente Lei do orçamento, em situações excepcionais de insuficiência de receitas necessárias ao seu funcionamento, contrato ou outra forma lhe sejam atribuídos.

Artigo 65º

Contribuições das entidades reguladas

1. Os estatutos das entidades reguladoras definem as regras a que as mesmas devem obedecer na fixação do montante das contribuições a que se refere a alínea c) do artigo anterior, bem como da sua repartição específica por cada entidade regulada.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, na fixação dos valores referidos, a entidade reguladora obedece aos princípios e regras dos procedimentos regulatórios, designadamente a audição das entidades reguladas e outras entidades interessadas, designadamente os consumidores ou utilizadores, bem como ao disposto no n.º 3 do artigo 68.º.
3. As contribuições referidas na alínea b) do artigo anterior são incluídas nos preços ou nas tarifas a praticar pela entidade regulada.
4. As entidades reguladas transferem para as entidades reguladoras no início de cada trimestre 1/4 (um quarto) do montante anual da contribuição, tal como projectado no início do ano económico, fazendo-se o acerto de contas no final do ano económico.
5. Os recursos obtidos pela entidade reguladora pela via das contribuições financeiras das entidades reguladas só podem ser utilizados para financiamento das suas actividades próprias, nos termos do plano de actividades aprovado.

Artigo 66º

Cobrança de dívidas

1. Os créditos das entidades reguladoras provenientes de taxas ou outras receitas cuja obrigação de pagamento esteja estabelecida na lei são equiparados a créditos do Estado e estão sujeitos a cobrança coerciva, fazendo-se esta nos termos do Código do Processo Tributário.
2. Os documentos representativos das receitas referidas no número anterior constituem título executivo, para todos os efeitos legais.

Artigo 67º

Dotação do orçamento do Estado

A dotação do orçamento do Estado referida na alínea i) do artigo 64.º é inscrita no orçamento da entidade reguladora beneficiária, mediante autorização prévia, por despacho do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Artigo 68º

Orçamento e plano de actividades

1. O orçamento e o plano de actividades da entidade reguladora são elaborados e aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, com antecedência mínima de 4 (quatro) meses em relação ao início do ano civil.
2. O projecto de orçamento das entidades reguladoras é submetido à apreciação do Conselho Fiscal, para efeitos de parecer.
3. O orçamento, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal, é remetido ao membro do Governo responsável pela área das finanças para homologação e integração no Orçamento do Estado.
4. Sem prejuízo da responsabilidade do seu reforço com recursos de natureza distinta das contribuições financeiras das entidades reguladas, o valor anual do orçamento das entidades reguladoras não pode ultrapassar 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) do total das receitas dos sectores de actividades por cuja regulação respondem no período a que respeita o orçamento.

Artigo 69º

Relatório e contas

1. O Conselho de Administração elabora e aprova o relatório e contas no final de cada ano, os quais estão sujeitos ao parecer do Conselho Fiscal, até ao final do mês de Março do ano seguinte àquele a que diz respeito.
2. Sem prejuízo do referido no ponto 1, o relatório e contas deverão ser, obrigatoriamente, submetidos ao Membro do Governo responsável para as Finanças para conhecimento e eventual pronunciação, o qual, querendo, pode determinar auditoria independente às contas apresentadas, às expensas da entidade reguladora.
3. Na elaboração das contas devem seguir-se as normas e os preceitos definidos no Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro (SNCRF), com as necessárias adaptações, aprovado pelo Membro do Governo responsável pelas Finanças.
4. No caso de o somatório dos custos verificado ter excedido o montante previsto no orçamento e o relatório e contas não ter merecido parecer favorável do órgão referido no n.º 1, o Conselho de Administração deve justificar perante aquele órgão os desvios ocorridos, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 41º.

CAPÍTULO V PESSOAL

Artigo 70º

Regime e recrutamento do pessoal

1. O pessoal das entidades reguladoras rege-se pelo regime geral do contrato individual de trabalho, sendo abrangido pelo regime da previdência social dos trabalhadores por conta de outrem.
2. O recrutamento do pessoal está sujeito a concurso, devendo obedecer aos seguintes princípios:
 - a) Publicitação da oferta de emprego pelos meios mais adequados;
 - b) Igualdade de condições e oportunidades dos candidatos;
 - c) Aplicação de métodos e critérios objectivos de avaliação e selecção;
 - d) Fundamentação da decisão tomada.
3. A lei pode estabelecer limites aos contingentes ou ao orçamento de pessoal das entidades reguladoras.

Artigo 71º

Incompatibilidades

1. A adopção do regime da relação de trabalho não dispensa, nos termos da Constituição, os requisitos e limitações decorrentes da prossecução do interesse público, nomeadamente os respeitantes a acumulações e incompatibilidades legalmente estabelecidas para os funcionários e agentes administrativos.
2. Os trabalhadores das entidades reguladoras não podem, em qualquer caso, prestar trabalho ou outros serviços, remunerados ou não, a entidades reguladas ou outras cuja actividade colida com as atribuições e competências da entidade reguladora.

Artigo 72º

Mobilidade

Os funcionários da administração directa ou indirecta do Estado e das autarquias locais, bem como os empregados, quadros ou administradores de empresas públicas ou privadas, podem ser requisitados para desempenhar funções na entidade reguladora em regime de comissão de serviço, com garantia do seu lugar de origem e dos direitos nele adquiridos, considerando-se o período da comissão como tempo de serviço prestado nos quadros de que provenham, suportando a entidade reguladora as despesas inerentes.

CAPÍTULO VI **RESPONSABILIDADE E CONTROLO JUDICIAL**

Artigo 73º

Responsabilidade disciplinar, financeira, civil e penal

1. As entidades reguladoras, bem como os titulares dos seus órgãos e os seus trabalhadores respondem financeira, civil, criminal e disciplinarmente pelos actos e omissões que pratiquem no exercício das suas funções, nos termos da Constituição e demais legislação aplicável.
2. A responsabilidade financeira é efectivada pelo Tribunal de Contas, nos termos da respectiva legislação.

Artigo 74º

Responsabilidade pública das entidades reguladoras

1. As entidades reguladoras devem enviar anualmente ao Governo e à comissão especializada competente da Assembleia Nacional um relatório sobre a respectiva actividade regulatória, o qual é igualmente publicado.
2. A natureza e formato do relatório de actividade regulatória são objecto de regulamentação pelo Governo.
3. Sempre que tal lhe seja solicitado, o Presidente do Conselho de Administração da entidade reguladora deve apresentar-se perante a comissão especializada competente da Assembleia Nacional, para prestar esclarecimentos ou dar conta das actividades da entidade reguladora respectiva.

Artigo 75º

Avaliação sistémica

O Governo promove regularmente a avaliação sistémica e do impacto da actividade de regulação através de peritos e estudos independentes.

Artigo 76º

Entidades independentes do controlo

As entidades reguladoras ficam sujeitas à jurisdição do Provedor de Justiça e de outras entidades independentes de controlo da Administração criadas ou que venham a ser criadas.

Artigo 77º

Controlo judicial

1. As actividades de natureza administrativa das entidades reguladoras ficam sujeitas à jurisdição administrativa, nos termos da respectiva legislação.
2. As sanções por infracções contra-ordenacionais são impugnáveis, nos termos gerais, junto dos tribunais competentes.
3. O Governo pode impugnar a legalidade dos actos das entidades reguladoras.
4. As entidades reguladoras têm legitimidade para impugnar a legalidade dos actos governamentais que lhes digam respeito.

Artigo 78º

Fiscalização do Tribunal de Contas

1. As entidades reguladoras estão sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas.
2. Os actos e contratos das entidades reguladoras não estão sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, sendo, no entanto, obrigatória a apresentação das contas anuais para efeitos de julgamento.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 79º

Remuneração dos titulares dos órgãos

1. As remunerações dos membros do Conselho de Administração das entidades reguladoras são fixadas por Resolução do Conselho de Ministros, tendo em conta as condições do mercado e, em particular, a política salarial das entidades reguladas.
2. Na fixação dessas remunerações podem ser estabelecidas diferenciações entre as entidades reguladoras, tendo em conta, nomeadamente, os sectores de actividade, a complexidade da gestão e o montante das receitas e das despesas de que as mesmas disponham.
3. O disposto nos números anteriores aplica-se às remunerações dos membros do Conselho Fiscal das entidades reguladoras.

4. O exercício dos cargos do Conselho Consultivo não é remunerado, sem prejuízo do pagamento das ajudas de custo e de senhas de presença.

Artigo 80º

Sigilo

1. Os titulares dos órgãos das entidades reguladoras, os mandatários destas, as pessoas ou entidades qualificadas, devidamente credenciadas, bem como os seus trabalhadores, eventuais ou permanentes, estão especialmente obrigados a guardar sigilo de todos os factos cujo conhecimento lhes advenha exclusivamente pelo exercício das suas funções.

2. Sem prejuízo do disposto na legislação penal e civil, a violação do dever de sigilo profissional previsto no número anterior constitui infracção disciplinar.

Artigo 81º

Publicação das deliberações

São objecto de publicação na II série do Boletim Oficial e disponibilizados através de brochuras e, quando exista, no *site* das entidades reguladoras:

- a) As decisões das entidades reguladoras relativas a tarifas e preços;
- b) Os regulamentos emitidos pelas entidades reguladoras;
- c) O relatório anual da actividade regulatória;
- d) O orçamento;
- e) Os relatórios de actividades e as contas de exercício.

Artigo 82º

Associação das entidades reguladoras

As entidades reguladoras podem criar uma associação pública que as represente e que promova a regulação em Cabo Verde, divulgando a sua importância, e contribua para uma opinião pública esclarecida em matéria de regulação.

Artigo 83º
Código de conduta

As entidades reguladoras adoptam um código de conduta próprio que vise o reforço da ética na sua actuação e no relacionamento com as entidades reguladas e com os consumidores e utilizadores dos bens e serviços por elas colocados no mercado.

Artigo 84º
Entidades reguladoras existentes

1. O presente diploma aplica-se imediatamente às entidades reguladoras existentes na área económica e financeira, em tudo o que não estiver diferentemente regulado nos respectivos estatutos.
2. Os estatutos das entidades reguladoras existentes à data da entrada em vigor da presente Lei são avaliados pelo Conselho de Ministros, no prazo de 6 (seis) meses, para efeitos de harmonização com a presente Lei ou eventual reestruturação ou extinção.
3. O disposto no artigo 45º da presente Lei não se aplica ao pessoal que tenha prestado serviço em entidade reguladora extinta antes da entrada em vigor da presente Lei ou que venha a ser extinta em razão da obrigação de adequação aos respectivos estatutos, por estes imposta.

Artigo 85º
Órgãos das entidades reguladoras existentes

Os titulares dos órgãos das entidades reguladoras existentes permanecem em funções até ao termo dos seus mandatos actuais, ou até à entrada em vigor dos estatutos das entidades reguladoras reformulados de acordo com a presente Lei, conforme couber.

Artigo 86º
Inspecção-Geral das Actividades Económicas

Enquanto não for criada a entidade fiscalizadora externa do Estado referida na alínea b) do artigo 15º, a articulação aí prevista é efectuada com a Inspecção-Geral das Actividades Económicas (IGAE).

Artigo 87º
Até a criação do Fundo referido na alínea f) do artigo 64º, os valores a este destinados serão revertidos para o Tesouro do Estado.

Artigo 89º

Revogação

É revogada a Lei n.º 20/VI/2003, de 21 de Abril.

Artigo 88º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Vista e aprovada em Conselho de Ministros.

O Primeiro Ministro,

José Maria Pereira Neves